

PROJETO BÁSICO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 124/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23363.000432/2023-00

1. OBJETO

1.1 O objeto desta Dispensa de Licitação é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MINISTRAR TREINAMENTO EM PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO PARA O IFRS - CAMPUS ERECHIM.

1.2 Da descrição, das quantidades, valor unitário e valor total:

Item	Descrição do objeto com especificações	Qtd ano atual	Unidade.	Valor Unitário.	Valor Total
01	Treinamento em Prevenção e Combate a Incêndio para formação de brigadistas, ministrado por profissional(is) legalmente habilitado(s) com entrega de certificados. Treinamento nível INTERMEDIÁRIO com carga horária de 20 horas composto pelo respectivo conteúdo programático para o correspondente nível de treinamento de acordo com a Resolução Técnica CBMRS no 15/2022.	02	Grupo de no máximo 30 (trinta) alunos/ treinamento 20 horas	R\$ 2.500,00	R\$ 5.000,00
VALOR TOTAL					R\$ 5.000,00

2. DA NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

O treinamento para a formação e manutenção de uma brigada de emergência e incêndio trata-se do cumprimento à Lei Complementar nº 14.376/2013 e Decreto Estadual nº 51.803/2014, em que deve-se atender os requisitos da Resolução Técnica do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Sul (RTCBMRS) nº 15/2022 para toda edificação e áreas de risco de incêndio para as quais é exigido Plano de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PPCI) na forma completa ou Plano Simplificado de Prevenção e Proteção Contra Incêndio (PSPCI) de grau de risco de incêndio médio.

Ainda, conforme a Norma Regulamentadora nº 23 (Portaria MTb nº 3.214/1978), toda organização deve providenciar a todos os trabalhadores informações sobre: utilização dos equipamentos de combate a incêndio; procedimentos de resposta aos cenários de emergências e para evacuação dos locais de trabalho com segurança; e, dispositivos de alarme existentes.

Os quantitativos estão dimensionados de modo a atender a exata necessidade da administração diante das edificações existentes e padrões técnicos exigidos.

Esta demanda não está prevista no CLC 2023 do IFRS, tornando-se mais vantajosa para a Administração a instauração de um processo de aquisição direta a um pregão.

Tendo em vista a necessidade desse serviço para o IFRS - Campus Erechim e o seu valor não exceder aos R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), esta Instituição, decide pela contratação direta, através de Dispensa de Licitação, amparada no artigo 75, II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos.

3. DA FORMA E LOCAL DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

O serviço deverá ser executado conforme descrito abaixo, no endereço descrito na tabela a seguir:

UNIDADE	ENDEREÇO
IFRS – Campus Erechim Contato: Carlos Eduardo Weidlich E-mail: carlos.weidlich@erechim.ifrs.edu.br	Avenida José Oscar Salazar, 879 – Bairro Três Vendas – Erechim/RS

Treinamento em Prevenção e Combate a Incêndio – nível INTERMEDIÁRIO ministrado por profissional(is) legalmente habilitado(s) com entrega de certificados, composto pelo seguinte conteúdo programático (de acordo com os Anexos “D” e “E” da Resolução Técnica CBMRS nº 15/2022):

Parte teórica de combate a incêndio (4h)

01 – Introdução: objetivos do curso e o brigadista – conhecer os objetivos gerais do curso e o comportamento do brigadista

02 – Aspectos legais: responsabilidade do brigadista – conhecer os aspectos legais relacionados a responsabilidade do brigadista

03 – Teoria do fogo: combustão, seus elementos e a reação em cadeia – conhecer a combustão, seus elementos, funções, temperaturas do fogo (ponto de fulgor, ignição e combustão) e a reação em cadeia

04 – Propagação do fogo: condução, convecção e irradiação – conhecer as formas de propagação do fogo

05 – Classes de Incêndio: classificação e características – identificar as classes de incêndio

06 – Prevenção de incêndio: técnicas de prevenção – conhecer as técnicas de prevenção para avaliação dos riscos em potencial

07 - Métodos de extinção: isolamento, abafamento, resfriamento e extinção química – conhecer os métodos e suas aplicações

08 – Agentes extintores: água, PQS, CO₂, espumas e outros – conhecer os agentes, suas características e aplicações

09 – EPI (Equipamentos de Proteção Individual): EPI – conhecer o EPI necessário para proteção da cabeça, dos olhos, do tronco, dos membros superiores e inferiores e do corpo todo

10 – Equipamentos de combate a incêndio 1: extintores de incêndio – conhecer os equipamentos, suas aplicações, manuseio e inspeções

11 – Equipamentos de combate a incêndio 2: hidrantes, mangueiras e acessórios; chuveiros automáticos; espuma e resfriamento – conhecer os equipamentos, suas aplicações, manuseio e inspeções

12 – Equipamentos de detecção, alarme e comunicação: tipos e funcionamento – como efetuar uma comunicação de emergência

13 – Abandono de área: conceitos – conhecer as técnicas de abandono de área, saída organizada, pontos de encontro e chamada e controle de pânico

14 – Pessoas com mobilidade reduzida: conceitos – conhecer as técnicas de abordagem, cuidados e condução de acordo com o plano de emergência da planta

Parte teórica de primeiros socorros (8h):

15 – Avaliação inicial: avaliação do cenário, mecanismo de lesão e número de vítimas – conhecer os riscos iminentes, os mecanismos de lesão, número de vítimas e o exame físico destas

16 – Vias aéreas: causas de obstrução e liberação – conhecer os sinais e sintomas de obstruções em adultos, crianças e bebês conscientes e inconscientes

17 – RCP (reanimação cardiopulmonar): ventilação artificial e compressão cardíaca externa – conhecer as técnicas de RCP para adultos, crianças e bebês

18 – DEA: desfibrilação semiautomática externa – conhecer os equipamentos semiautomáticos para desfibrilação externa

19 – Estado de choque: classificação, prevenção e tratamento – conhecer os sinais, sintomas e técnicas de prevenção e tratamento

20 – Hemorragias: classificação e tratamento – conhecer as técnicas de hemostasia

21 – Fraturas: classificação e tratamento – conhecer as fraturas abertas e fechadas e técnicas de imobilizações

22 – Ferimentos: classificação e tratamento – identificar os tipos de ferimentos localizados

23 – Queimaduras: classificação e tratamento – conhecer os tipos (térmicas, químicas e elétricas) e os graus (primeiro, segundo e terceiro) das queimaduras

24 – Emergências clínicas: reconhecimento e tratamento – conhecer síncope, convulsões, AVC (acidente vascular cerebral), dispneias, crises hipertensiva e hipotensiva, IAM (infarto agudo do miocárdio), diabetes e hipoglicemia

25 – Movimentação, remoção e transporte de vítimas: avaliações e técnicas – conhecer as técnicas de transporte de vítimas clínicas e traumáticas com suspeita de lesão na coluna vertebral

Parte prática de combate a incêndio (4h):

05 – Classes de incêndio: classificação e características – reconhecer as classes de incêndio

07 – Métodos de extinção: isolamento, abafamento, resfriamento e extinção química – aplicar os métodos

08 – Agentes extintores: água, PQS, CO₂, espumas e outros – aplicar os agentes

09 – EPI (Equipamentos de Proteção Individual): EPI – utilizar o EPI corretamente

10 – Equipamentos de combate a incêndio 1: extintores de incêndio – operar os equipamentos

11 – Equipamentos de combate a incêndio 2: hidrantes, mangueiras e acessórios; chuveiros automáticos; espuma e resfriamento – operar os equipamentos

12 – Equipamentos de detecção, alarme e comunicação: tipos e funcionamentos – identificar as formas de acionamento e desativação dos equipamentos

Parte prática de primeiros socorros (4h):

15 – Avaliação inicial: avaliação do cenário, mecanismo de lesão e número de vítimas – avaliar e reconhecer os riscos iminentes, os mecanismos de lesão, o número de vítimas e o exame físico destas

16 – Vias aéreas: causas de obstrução e liberação – conhecer os sinais e sintomas de obstruções em adultos, crianças e bebês conscientes e inconscientes e, promover a desobstrução

- 17 – RCP (reanimação cardiopulmonar):** ventilação artificial e compressão cardíaca externa – praticar as técnicas de RCP
- 18 – DEA:** desfibrilação semiautomática externa – demonstrar como utilizar equipamentos semiautomáticos para desfibrilação externa
- 19 – Estado de choque:** classificação, prevenção e tratamento – aplicar as técnicas de prevenção e tratamento do estado de choque
- 20 – Hemorragias:** classificação e tratamento – aplicar as técnicas de contenção de hemorragias
- 21 – Fraturas:** classificação e tratamento – aplicar as técnicas de imobilizações
- 22 – Ferimentos:** classificação e tratamento – aplicar os cuidados específicos em ferimentos
- 23 – Queimaduras:** classificação e tratamento – aplicar as técnicas e procedimentos de socorro de queimaduras
- 24 – Emergências clínicas:** reconhecimento e tratamento – aplicar as técnicas de atendimento
- 25 – Movimentação, remoção e transporte de vítimas:** avaliações e técnicas – aplicar as técnicas de movimentação, remoção e transporte de vítima

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1. O prazo de execução do serviço é de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, prorrogáveis por igual período mediante solicitação e deferimento da CONTRATANTE.

4.2. O serviço será recebido provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta comercial apresentada pela prestadora do serviço.

4.2.1. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta comercial, devendo ser novamente executado no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação.

4.2.2. O serviço será recebido definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada a obrigação, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do serviço ora contratado.

4.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA: A empresa com o menor valor, cadastrada ou não no SICAF, deverá comprovar a qualificação técnica, por meio de:

- Registro válido do credenciamento do instrutor no Corpo de Bombeiros Militar do RS no momento da realização do curso.
- Comprovação de vínculo empregatício do empregado designado para o referido cargo que poderá ser das seguintes formas:
 - I. sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

- II. diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição, em se tratando de sociedade anônima e/ou cooperativa;
- III. empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste Projeto Básico e os termos de sua proposta;
- 5.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano;
- 5.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 5.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;
- 5.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 5.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada;
- 5.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços;
- 5.8. Realizar avaliações da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 5.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento do objeto, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;
- 6.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

- 6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 6.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 6.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 6.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 6.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos;
- 6.8. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 6.9. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado;
- 6.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- 6.11. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo;
- 6.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico;
- 6.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015;

- 6.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da prestação do serviço;
- 6.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste Projeto Básico, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 133 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 6.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 6.18. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

7. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 7.1. O valor total da contratação é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

8. DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

- 8.1. Declarada a disponibilidade orçamentária para a realização desta despesa.

PTRES: 170965

Natureza de despesa: 339039.48

Fonte: 1000000000

PI: L4572P5600I.

9. DO PAGAMENTO

- 9.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega da nota fiscal ou fatura e do ateste das mesmas.

10. DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. A contratação será mediante Nota de Empenho, sendo dispensada a celebração de instrumento específico de contrato, na forma do disposto no Art. 95 da Lei nº 14.133/21.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- 11.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas as seguintes sanções:

I - advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Projeto Básico, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II - Multa; de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;

III - impedimento de licitar e contratar; no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Projeto Básico, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar; que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

11.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.5. A aplicação das sanções previstas neste Projeto Básico não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

11.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

11.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

12. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

12.1. Quanto às práticas e/ou critérios de sustentabilidade dispostas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU, constatou-se que não há critérios de sustentabilidade específicos aplicáveis nessa contratação. Conforme prevê o referido Guia, “Em cada caso concreto, o órgão público deve verificar se o objeto a ser licitado comporta a inserção de aspectos de

sustentabilidade”, portanto, à vista das características do objeto desta demanda verificou-se que não há critérios de sustentabilidade aplicáveis para este caso.

13. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

13.1. O presente processo enquadra-se como Dispensa de licitação, nos termos do art. 75, II, da Lei nº 14.133/21.

Erechim, 21 de agosto de 2023.

Responsáveis pela elaboração do Projeto Básico:

Carlos Eduardo Weidlich
Engenheiro de Segurança do Trabalho
SIAPE 1251371

Jaqueline Iarozeski
Assistente em Administração
SIAPE 1758166

Despacho: Tendo em vista as justificativas apresentadas pelo Setor Requisitante no Documento de Formalização de Demanda e neste documento e, considerando o atendimento aos princípios da essencialidade, do interesse público e da economicidade, aprovo o presente Projeto Básico com seus direitos e deveres pelas partes e autorizo a realização do procedimento de contratação.

Autorizo, ainda, a inserção dos dados necessários nos sistemas pertinentes a fim de poderem ser realizados os empenhos da contratação.

Encaminha-se para prosseguimento.

Erechim, 21 de agosto de 2023.

Eduardo Angonesi Predebon
Diretor-Geral
IFRS - *Campus* Erechim
Portaria nº 151, de 17/02/2020